



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0017097-13.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Requerente: **Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda**  
 Requerido: **Almaquinas Di Comércio e Locação de Máquinas Ltda**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 20 de fevereiro de 2014, faço estes autos  
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.  
 Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**  
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.  
 Processo nº 1765/2013

### VISTOS

**ENGENHARIA E COMÉRCIO BANDEIRANTES**  
**LTDA.** ajuizou Ação **ORDINÁRIA DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE**  
**DÉBITO CUMULADA COM NULIDADE DE TÍTULO** em face de **ALMAQUINAS**  
**DI COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.**, todas devidamente  
 qualificadas.

Aduz a autora, em síntese, que loca da  
 requerida uma escavadeira. Que foi surpreendida com a intimação do 1º Cartório  
 de Notas e de Protestos da Comarca de São Carlos para pagar uma duplicata no  
 valor de R\$ 200,00, emitida pela ré com vencimento dia 02/08/2013. Que após o  
 recebimento da indicação do protesto, entrou em contato com a ré, sendo  
 informada que a cobrança referia-se a Ordem de Manutenção nº 007201 –  
 mangueira hidráulica da Escavadeira. Que conforme previsão contratual, item



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

16, do Contrato de Locação de Equipamento (fls. 32), é de responsabilidade da Locadora (requerida) a substituição de peças avariadas por desgaste natural, sendo, portanto, imoral e abusivo o saque da duplicata que a requerida levou a protesto. Pediu a procedência da ação para ver declarada a inexigibilidade do título em tela, bem como, seja a liminar de sustação de protesto tornada definitiva e liberada a caução prestada nos autos da medida cautelar de sustação de protesto. Juntou documentos a fls.09/36.

Devidamente citada, a requerida contestou alegando, que o equipamento estava sendo utilizado em uma obra, e a mangueira foi rasgada durante a utilização pela Locatária/Requerente. Logo, caberia a requerente explicar como ocorreu a avaria. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica a fls. 58/59.

Pelo despacho de fls. 64, as partes foram instadas a produzir provas. A requerente demonstrou desinteresse e a requerida solicitou produção de prova oral, traduzida por depoimento pessoal de representante da adversa e oitiva de testemunhas.

As partes foram convocadas para audiência de tentativa de conciliação que restou prejudicada ante a ausência da requerida ou de quem a representasse (fls. 71).

Em apenso, medida cautelar de sustação de protesto de título de crédito.

**É o relatório.**

**DECIDO, antecipadamente a lide, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

### **controvérsia.**

Inicialmente, indefiro o depoimento pessoal solicitado a fls. 68, pois o Juízo o reputa absolutamente contraproducente. A experiência tem demonstrado que as partes são a fonte mais insegura de prova, ou nos dizeres de *Capelletti* “são a fonte de prova menos confiável”<sup>1</sup>.

Lembra Pestana de Aguiar que “o depoimento da parte é meio de prova, e somente deve ser determinado se houver alguma utilidade a ser retirada de sua colheita, sob pena de se criar espaço para a procrastinação indevida e a chicana processual. Assim, tendo em conta a finalidade a que se destina o depoimento da parte (obter confissão), sempre que essa finalidade não puder, em tese, ser obtida – porque o direito versado no processo é indisponível (art. 351, CPC), por exemplo – não há razão para depoimento da parte.”

No presente caso as posições jurídicas assumidas pelas partes estão bem evidenciadas nos autos através das manifestações escritas, afigurando-se ingênuo crer que a parte autora relatará os fatos de forma diversa da que consta na inicial. Ordinariamente, depoimentos dessa natureza revelam-se potencialmente desperdiçadores de energia processual e este Juízo não pretende contribuir para fenômeno tão indesejável, notadamente diante de outros meios de prova hábeis a viabilizar o julgamento.

### **Passo a equacionar o mérito.**

A escavadeira foi locada pela ré à autora.

Em razão de ter providenciado a a

<sup>1</sup> CAPPELLETTI, Mauro. *La testimonianza della parte nel sistema dell'oralità*. Milano : Giufrè, 1962, v. 1, p. 3



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

troca/substituição de uma mangueira, a ré emitiu a “ordem” de fls. 29 e na sequência a duplicata discutida.

Por força do contrato, a ré se incumbiu (assumiu) **substituir peças avariadas** por desgaste natural (v. fl. 32, item 16).

O simples fato de a mangueira antiga ter sido encontrada **rasgada não implica na conclusão da ré, ou seja, de que houve mau uso pelos prepostos da autora.**

Outrossim, o ônus da prova desse fato (mal uso) era da ré que se limitou a exibir uma xerox de foto revelando a dita mangueira com aspecto normal (é o que conclui a olho desarmado).

Por fim, a ré desistiu da prova oral solicitada (v. fls. 76).

Nessa linha de pensamento só se pode reputar ilegítimo o saque do título, e a autora faz jus a seu cancelamento.

\*\*\*

Isso posto, e pelo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, para o fim de declarar a inexigibilidade da duplicata emitida pela ré com vencimento em 02/08/2013, referente a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 00000233. Outrossim, torno definitiva a antecipação da tutela de sustação de protesto deferida na Cautelar Inominada (Proc. nº 0015125-08.2013), devendo ser expedido ofício ao Oficial de Protestos, para retirada do ato de publicidade.

No mais, fica deferido o levantamento da caução



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

prestada nos autos em apenso. Providencie-se a serventia a expedição do referido mandado para o fim específico.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00.

**P.R.I.**

São Carlos, 02 de março de 2015.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**